DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i2.95

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DOCENTE: PERCURSOS HISTORIOGRÁFICOS E DESAFIOS EPISTEMOLÓGICOS

HISTORY OF EDUCATION AND TEACHER TRAINING: HISTORIOGRAPHICAL PATHS AND EPISTEMOLOGICAL CHALLENGES

Adriano Rosa da Silva[1]

RESUMO:
O presente estudo tem por objetivo central analisar as contribuições das transformações históricas da pedagogia no Brasil para a configuração contemporânea do sistema educacional, partindo da hipótese de que tais evoluções promoveram avanços significativos no âmbito da inclusão, das metodologias ativas, da incorporação das tecnologias digitais e da formação continuada docente. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental, que examina referenciais teóricos clássicos e contemporâneos da área educacional. Os resultados evidenciam que as reformas pedagógicas e as políticas públicas implementadas ao longo dos séculos contribuíram significativamente para a ampliação do acesso à educação, para o fortalecimento da equidade e para a consolidação de práticas pedagógicas mais dialógicas e reflexivas. Contudo, persistem desafios relacionados às desigualdades regionais, à precarização estrutural e à necessidade de constante atualização docente. Conclui-se, assim, que a compreensão histórica da educação brasileira é indispensável para o aprimoramento das políticas educacionais e para a construção de um sistema verdadeiramente democrático e socialmente transformador.

Palavras-chave: Historiografia Educacional; Formação Docente; Cultura Escolar.

ABSTRACT:
This study aims to analyze the contributions of historical transformations in Brazilian pedagogy to the contemporary configuration of the educational system, based on the hypothesis that these evolutions have promoted significant advances in inclusion, active methodologies, the incorporation of digital technologies, and continuing teacher education. This is a qualitative research study, grounded in bibliographic review and document analysis, examining classic and contemporary theoretical frameworks in the field of education. The results show that pedagogical reforms and public policies implemented over the centuries have significantly contributed to expanding access to education, strengthening equity, and consolidating more dialogical and reflective pedagogical practices. However, challenges related to regional inequalities, structural precariousness, and the need for constant teacher updating persist. It concludes, therefore, that a historical understanding of Brazilian education is indispensable for improving educational policies and building a truly democratic and socially transformative system.

Keywords: Educational Historiography; Teacher Training; School Culture.

INTRODUÇÃO

É imperativo considerar que a história da educação no Brasil revela-se como um campo de disputas simbólicas e institucionais que traduzem os projetos de sociedade vigentes

[1] Licenciado em Pedagogia e em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFF (PPGH-UFF), doutorando pelo mesmo programa. Mestrando em Educação pelo Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IE-ULisboa). MBA em Gestão Escolar pela Universidade de São Paulo (USP). Especialista em Psicopedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). URL Lattes: http://lattes.cnpq.br/7228184007145445. ORCID: https://orcid.org/0009-0005-2584-0713. E-mail: adriano.uff@hotmail.com.

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i2.95

em cada período histórico, tendo como parâmetro que o esforço deste estudo recai em investigar cada um desses contextos e, assim, "escrever a história" (Certeau, 2008). Nessa linha de interpretação, "procurar fazer a história da educação sem buscar o sentido íntimo, a filosofia, que animou os propósitos dos reformadores, é tentar construir um castelo sobre movediços alicerces" (Carvalho, 1978, p. 8). À vista disso, desde a pedagogia catequética implementada pelos jesuítas no período colonial até as concepções progressistas e construtivistas que emergiram no século XX, o sistema educacional brasileiro foi sendo moldado por influências externas e por demandas internas decorrentes das transformações sociais, políticas e econômicas, conforme aponta Saviani (2021).

Nessa direção, torna-se relevante a ideia trazida por Hobsbawm (1998, p. 8), de que "sem a distinção entre o que é e o que não é assim, não pode haver história", ao se observar que a trajetória histórica da educação brasileira evidencia um percurso permeado por tensões estruturais, disputas ideológicas e sucessivas tentativas de reorganização pedagógica. Sobre isso, Gadotti (2004) traz à superfície que, desde o período imperial, quando o ensino público se caracterizava por sua feição elitista e pela ampla disseminação do analfabetismo, até as reformas inspiradas por correntes renovadoras do século XX, como o movimento da Escola Nova, consolidou-se um processo gradual, ainda que desigual, de ampliação do acesso e de ressignificação das práticas educativas. Nesse espectro,

> a História da Educação amplia a memória e a experiência, o leque de escolhas e de possibilidades pedagógicas, o que permite um alargamento do repertório dos educadores e lhes fornece uma visão da extrema diversidade das instituições escolares do passado. Para, além disso, revela que a educação não é um "destino", mas uma construção social, o que renova o sentido da ação cotidiana de cada educador (Nóvoa, 1999, p. 13).

Diante desse panorama, questiona-se: quais são as contribuições efetivas das transformações históricas da educação e da pedagogia para o cenário educacional contemporâneo brasileiro? A partir dessa questão colocada, este trabalho busca examinar essa problemática, articulando história, políticas públicas e práticas pedagógicas atuais, tomando por efeito que "a história fornece argumentos, informações, prepara o indivíduo para o aparecer em público, o ser em público, o ser em sociedade, que irá se defrontar com a divergência" (Albuquerque Junior, 2012, p. 34).

Por conseguinte, o objetivo principal do estudo é analisar a evolução histórica da educação e da pedagogia no Brasil e suas contribuições para a configuração das práticas educacionais contemporâneas. Assim, constituem objetivos específicos, identificar os

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i2.95

principais marcos históricos da educação brasileira, examinar as influências teóricas que fundamentaram as transformações pedagógicas, compreender o papel das políticas públicas na consolidação de práticas inclusivas, analisar a incorporação das tecnologias digitais no processo de ensino-aprendizagem e refletir sobre a importância da formação continuada docente para a qualidade educacional.

> Com efeito, a história da educação, enquanto repositório sistemático e intencional da memória educacional, será uma referência indispensável na formulação da política educacional que se queira propor de forma consistente, em especial nos momentos marcados por intentos de reformas educativas (Saviani, 2001, p. 1).

Nesse contexto, emerge a necessidade de compreender de que maneira essas transformações históricas influenciaram o cenário educacional contemporâneo, sem desconsiderar que "não é o passado que ilumina, explica ou justifica o presente, mas que é o presente que dá ao passado uma multiplicidade de sentidos" (Neves; Costa, 2012, p. 119). Sob essa ótica, o estudo justifica-se pela relevância de analisar as bases estruturais que sustentam as práticas pedagógicas atuais, bem como pela importância de identificar avanços e limitações do sistema educacional brasileiro, "quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu Eu e as suas circunstâncias" (Freire, 1979, p. 16).

Com base em autores como Saviani e Lombardi (2000), cabe ressaltar que a educação brasileira, ao longo de sua trajetória histórica, foi constituída por múltiplas influências teóricas, políticas e socioculturais que delinearam seu desenvolvimento institucional e pedagógico. Nessa medida, a partir dos estudos de Nascimento e Nascimento (2010), desde o período colonial, sob a égide da pedagogia jesuítica, passando pelo caráter elitista e excludente da instrução imperial, até as reformas republicanas e os movimentos renovadores do século XX, observa-se um percurso marcado por avanços graduais e persistentes desigualdades estruturais.

METODOLOGIA

Nesta via, o presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório e descritivo, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental, privilegiando-se "a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados, e caracterizada pela heterodoxia no momento da análise" (Martins, 2004, p. 1). Os estudos selecionados foram então analisados

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i2.95

em profundidade, e os dados pertinentes foram extraídos e organizados, "tendo em vista identificar o estágio em que se encontram os conhecimentos acerca do tema que está sendo investigado" (Gil, 2020, p. 60).

Nessa ótica, foram examinadas obras clássicas da historiografia educacional brasileira, legislações pertinentes, diretrizes curriculares nacionais e produções acadêmicas recentes acerca das práticas pedagógicas contemporâneas, de certo que "o historiador longe de tecer considerações moralistas e mecânicas sobre a relação passado, presente e futuro, pode e deve explicá-las, amparado em investigações constantemente refeitas [...] é o presente que dá ao passado uma multiplicidade de sentidos" (Neves; Costa, 2012, p. 7).

Importa considerar que a análise dos dados ocorreu por meio de interpretação crítica dos referenciais teóricos, buscando identificar continuidades, rupturas e contribuições das diferentes fases históricas da educação brasileira para o contexto atual, à luz da perspectiva qualitativa de pesquisa nesse campo social (Richardson, 2009). Nesse movimento, a investigação foi motivada pela necessidade de compreender como os processos históricos moldaram as práticas pedagógicas vigentes, bem como pela inquietação diante dos desafios contemporâneos relacionados à qualidade e equidade da educação.

DESENVOLVIMENTO

A referência histórica das primeiras instituições escolares remonta a aproximadamente 3.238 a.C., nas civilizações suméria e egípcia, segundo análise de Neves e Costa (2012). Assim, nessas sociedades hidráulicas, a complexificação administrativa, religiosa e econômica demandava escribas e funcionários preparados, conferindo à escola um papel estratégico na reprodução do poder. Na Grécia antiga, a instituição escolar assume feições mais definidas com a constituição da *paideía*, entendida como a formação integral do cidadão livre. Como aponta Saviani (2001), a educação destinava-se aos homens que participavam da vida política, distinguindo-se da *duléia*, modalidade formativa reservada aos escravos, cuja aprendizagem ocorria no próprio processo produtivo, fora do espaço escolar formal.

Tal dicotomia evidencia o caráter seletivo da escola, concebida como privilégio de determinados grupos sociais, como reforça Manacorda (2006). Assim, com o declínio do modo de produção escravista e a ascensão da ordem feudal, a organização educacional sofre reconfigurações significativas. Nesse ângulo, Nóvoa (1996) joga luz para o fato de que, diferentemente das experiências ateniense, espartana e romana, nas quais o Estado exercia papel relevante na condução da educação, a Idade Média consagrou a hegemonia da Igreja Católica como principal agente formador. Vale sublinhar, com isso, que Mosteiros, catedrais e

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i2.95

universidades medievais tornaram-se centros irradiadores do saber, imprimindo à educação uma orientação teológica e escolástica.

A partir dessa base teórica, concebendo-se que uma instituição educativa, segundo Magalhães (1998, p. 61), "é uma complexidade espaço-temporal, pedagógica, organizacional, onde se relacionam elementos materiais e humanos", é importante considerar que a emergência do capitalismo promoveu profundas inflexões no campo educacional. A consolidação dos Estados nacionais e a necessidade de formação de mão de obra apta às exigências da industrialização conduziram à formulação do ideal de escola pública, universal, gratuita, laica e obrigatória. Consoante com Hilsdorf (2003), ainda que tal projeto tenha enfrentado múltiplos obstáculos históricos, ele redefiniu o protagonismo estatal na organização do ensino, deslocando gradativamente a centralidade anteriormente ocupada pela Igreja.

No Brasil, a institucionalização da educação formal inicia-se em 1549, com a chegada dos jesuítas à colônia portuguesa. A fundação das primeiras escolas marca o ponto inaugural da história escolar brasileira (Gadotti, 2004)). O período compreendido entre 1549 e 1759 foi dominado pelos colégios jesuíticos, cuja pedagogia combinava catequese, humanismo clássico e disciplina rigorosa. Com a expulsão da Companhia de Jesus, em 1759, instauraram-se as chamadas Aulas Régias, expressão da reforma pombalina que buscava implantar um modelo estatal inspirado no iluminismo e no despotismo esclarecido, como defende Villalobos (1959).

> A pedagogia autoritária de que se utilizavam servia tanto aos interesses da Igreja como aos do governo português, que via na fé e na autoridade da religião o melhor instrumento de dominação política e na uniformidade da cultura o melhor freio para os sentimentos nacionais de independência (Villalobos, 1959, p. 41).

Diante disso, para Lopes e Galvão (2001), a constituição da educação brasileira encontra suas raízes na pedagogia jesuítica, cujo modelo, fortemente marcado pelo viés religioso e pela catequização indígena, estabeleceu as bases iniciais de organização escolar no território colonial. A educação jesuítica permaneceu no período colonial brasileiro sem ter sofrido, em suas bases, "qualquer modificação estrutural, mesmo quando a demanda social de educação começou a aumentar, atingindo as camadas mais baixas da população e obrigando a sociedade a ampliar a sua oferta escolar" (Romanelli, 2006, p. 35). Posteriormente, os ideais iluministas introduzidos no período imperial trouxeram a noção de instrução pública como elemento civilizatório, ainda que restrita às elites.

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i2.95

> Ao longo dos períodos colonial e imperial, as autoridades brasileiras buscaram, quase sempre sem lograrem muito êxito, assumir a tutela dos livres pobres. Era talvez um meio de pôr a mão forte da autoridade sobre uma população que não estava sob o jugo do poder senhorial. Mesmo porque, as camadas livres pobres, especialmente negros e mestiços, vinham crescendo aceleradamente desde o século XVIII (Fraga Filho, 1996, p. 91).

Nessa direção, durante o Império, a educação pública mantinha-se restrita a uma parcela diminuta da população, configurando-se como instrumento de distinção social. O analfabetismo generalizado evidenciava a ausência de políticas públicas abrangentes e sistemáticas (Romanelli, 2006). Posteriormente, movimentos renovadores, notadamente a Escola Nova, introduziram uma perspectiva centrada no aluno, na experiência e na formação crítica, ainda que sua implementação tenha ocorrido de maneira heterogênea e desigual no território nacional.

Assim, a trajetória das instituições escolares revela-se indissociável das transformações socioeconômicas que moldaram cada época histórica, configurando a escola como espaço privilegiado de reprodução e, potencialmente, de transformação das estruturas sociais, como evidencia Aranha (2007). Nesse horizonte, urge salientar que as transformações históricas contribuíram para alguns avanços na democratização do ensino e no acesso à educação em tempos mais recentes (Saviani, 2021).

Entretanto, a discussão evidencia que persistem desigualdades regionais, limitações estruturais e desafios relacionados à implementação efetiva das políticas educacionais. Segundo o autor retromencionado, a superação dessas barreiras requer articulação entre investimentos públicos, valorização docente e inovação pedagógica, posto que "o interesse pelo passado não resulta de simples preocupação erudita ou mera curiosidade, mas viabiliza projetos de mudança" (Aranha, 2006, p. 37).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

À luz de autores como Lopes e Galvão (2001), Nóvoa (1996) e Saviani (2001), a título de ilustração, a educação, enquanto fenômeno social e histórico, constitui-se como um dos pilares estruturantes da organização das sociedades. No Brasil, sua formação foi atravessada por processos coloniais, disputas ideológicas e reformas institucionais que moldaram não apenas os currículos escolares, mas também as concepções de sujeito, cidadania e desenvolvimento social. Concebe-se, assim, a História da Educação, como um conjunto de fatos educativos do passado, "se constitui como campo de reflexões, de estudos e pesquisas,

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i2.95

desde a história das formas institucionalizadas de ensino e de aprendizagem a todos os processos de educação e socialização da infância e da juventude" (Stephanou; Bastos, 2005, p. 426).

Nessa senda, para Saviani (2021), durante o período colonial, a instrução formal esteve majoritariamente sob responsabilidade da Companhia de Jesus, cuja pedagogia centrava-se na catequização e na formação religiosa. Posteriormente, no Império, apesar das tentativas de institucionalização do ensino público, a educação manteve-se restrita às elites, perpetuando elevados índices de analfabetismo. A literatura educacional brasileira evidencia que a pedagogia jesuítica estabeleceu os primeiros modelos organizacionais do ensino no país, marcados por disciplina rígida e centralidade religiosa, como analisado por Lucchi (1985). Assim, autores clássicos da historiografia educacional apontam que esse modelo influenciou profundamente a estrutura escolar subsequente.

> só se tinha acesso à escola, portanto, depois de ter aprendido a ler e possivelmente também ao menos a segurar com as mãos a caneta... Sabemos assim que para ser admitido na escola era necessário demonstrar saber ler "comodamente" (Lucchi, 1985, p. 27).

No século XIX, sob influência iluminista, emergiu a concepção de instrução pública como instrumento de civilização e progresso. Entretanto, a ausência de políticas estruturantes limitou sua efetividade social (Magalhães, 1998). Entre 1827 e 1890, observam-se tentativas ainda fragmentárias de organização do ensino sob responsabilidade do poder público imperial e provincial. Já no período republicano inicial (1890-1931), destacam-se os grupos escolares, concebidos sob a inspiração do ideário republicano e da racionalização administrativa. Já no século XX, movimentos como a Escola Nova introduziram princípios de renovação pedagógica, defendendo uma educação ativa, centrada no aluno e orientada à formação crítica, "na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação. Nem mesmo os de caráter econômico lhe podem disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional" (Manifesto, 1984, p. 407).

> No período inicial da República o poder exercido pelas oligarquias rurais projetava no sistema escolar a mentalidade colonial; a burguesia industrial em ascensão tinha como referência a classe latifundiária e as classes emergentes não tinham afinidades com as camadas mais pobres da população e, ainda, viam a educação como possibilidade de preservação da estrutura aristocrática existente até então. Esse quadro fortaleceu um sistema dual de ensino através de oportunidades educacionais diferenciadas, conforme a classe que o indivíduo se encontrava: "de um lado, o ensino primário, vinculado às escolas profissionais, para os pobres, e de outro, para os ricos, o ensino secundário articulado ao ensino superior, para o qual preparava o ingresso (Romanelli, 1986 apud Flach, 2011, p. 287).

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i2.95

Nessa direção, segundo Flach (2011), o século XX representou um marco paradigmático com a ascensão das correntes progressistas e construtivistas. A Escola Nova defendeu a centralidade da experiência do aluno, a aprendizagem significativa e a valorização do contexto sociocultural. Posteriormente, teorias críticas passaram a enfatizar a função social da escola na reprodução ou transformação das desigualdades. Entre 1931 e 1961, consolida-se a regulamentação nacional dos diferentes níveis de ensino, incorporando progressivamente influências renovadoras. Para Albuquerque Junior (2012), a partir de 1961, com a unificação normativa da educação nacional, tanto a rede pública quanto a privada passam a ser estruturadas sob uma perspectiva produtivista, alinhada às demandas do desenvolvimento econômico.

Importa salientar que, durante quase quatro séculos, a escolarização no Brasil permaneceu restrita a uma ínfima parcela da população. Em 1759, o total de estudantes atendidos pelas instituições jesuíticas não alcançava 0,1% dos habitantes, excluindo-se mulheres, escravizados, negros livres, mestiços e crianças marginalizadas (Romanelli, 2006). Mesmo na Primeira República, os índices de analfabetismo mantiveram-se elevados, cerca de 65% entre 1900 e 1920, revelando a persistência da exclusão educacional.

> Assim, os padres acabaram ministrando, em princípio, educação elementar para a população índia e branca em geral (salvo as mulheres), educação média para os homens da classe dominante, parte da qual continuou nos colégios preparando-se para o ingresso na classe sacerdotal, e educação superior religiosa só para esta última. A parte da população escolar que não seguia a carreira eclesiástica encaminhava-se para a Europa, a fim de completar os estudos, principalmente na Universidade de Coimbra, de onde deviam voltar os letrados (Romanelli, 2006, p. 35).

Para a autora em tela, somente a partir da década de 1930 verifica-se expansão significativa da matrícula escolar, culminando na consolidação da escola de massas ao longo do século XX. Em 1933, registravam-se pouco mais de dois milhões de matrículas; em 1998, esse número ultrapassava 44 milhões. Enquanto a população brasileira quadruplicou nesse intervalo, o contingente de estudantes aumentou vinte vezes, evidenciando um processo acelerado de democratização do acesso à educação, ainda que permeado por desafios qualitativos e estruturais (Romanelli, 2006).

No século XX, a emergência de correntes pedagógicas renovadoras representou uma ruptura significativa com o tradicionalismo autoritário. A transição de um ensino centrado na memorização e na disciplina rígida para abordagens progressistas e construtivistas evidenciou uma mudança paradigmática voltada à formação crítica e emancipatória do educando. Tais

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i2.95

transformações, entretanto, não ocorreram de forma linear, sendo atravessadas por desigualdades regionais e por limitações estruturais persistentes, conforme Flach (2011).

> A República não representou transformação social ou educacional, visto que o limite existente na formulação de uma política educacional, visto que o limite existente na formulação de uma política educacional voltada para a população foi superior às possibilidades existentes a nova organização política (Flach, 2011, p. 287).

Na contemporaneidade, as práticas pedagógicas têm incorporado metodologias ativas, estratégias colaborativas e recursos que buscam ampliar as possibilidades de aprendizagem. Interessa observar que a transição de um modelo tradicional, centrado na memorização e na autoridade do professor, para abordagens progressistas e construtivistas representou uma inflexão significativa no pensamento pedagógico brasileiro (Saviani (2021). Essa mudança implicou a valorização do aluno como sujeito ativo da aprendizagem e a incorporação de práticas colaborativas e interdisciplinares.

Nesse esquadro, estudos contemporâneos como os de Stephanou e Bastos (2005), destacam a incorporação das tecnologias digitais, a emergência das metodologias ativas e o reconhecimento das competências socioemocionais como elementos essenciais à formação integral. A literatura recente também aponta a formação continuada docente como fator determinante para a qualidade educacional.

> A História da Educação, como uma das ciências da educação, inclui-se, crescentemente, nesse âmbito dos fundamentos à formação de professores em qualquer área e disciplina. Disciplina acadêmica desde os últimos decênios do século XIX, possibilita uma atitude crítica e reflexiva do passado coletivo da profissão docente, que serve para formar a cultura e identidade profissional, e, ao mesmo tempo, ampliar a memória e a experiência, o leque de escolhas e de possibilidades pedagógicas. Revela que a educação é uma construção social, o que renova o sentimento de ação cotidiana de cada educador (Nóvoa *apud* Stephanou; Bastos, 2005, p. 16).

À vista disso, a valorização da formação continuada docente tornou-se elemento central na consolidação de uma educação de qualidade. A atuação do professor ultrapassa a mera transmissão de conteúdos, exigindo postura reflexiva, fundamentação científica e compromisso ético com a transformação social (Nóvoa, 1999). A superação do automatismo pedagógico e do pragmatismo acrítico constitui condição indispensável para que teoria e prática se articulem de modo significativo.

A partir desse horizonte analítico, no cenário contemporâneo, as tecnologias digitais assumem papel estratégico na organização do trabalho pedagógico. Plataformas virtuais,

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i2.95

recursos multimídia e ambientes digitais ampliaram o acesso ao conhecimento e possibilitaram maior personalização do ensino. Além disso, as políticas públicas passaram a enfatizar a inclusão e a diversidade, promovendo a ampliação do acesso à educação básica e superior. A formação docente continuada emerge como condição indispensável para que tais inovações sejam efetivamente incorporadas à prática escolar.

As políticas públicas desempenham papel determinante nesse processo evolutivo. Por meio de diretrizes curriculares, programas de inclusão e investimentos em tecnologia educacional, o Estado orienta a configuração das práticas escolares e influencia os modelos pedagógicos adotados (Lopes; Galvão, 2001). A promoção da equidade, da diversidade e da inclusão social emerge como princípio estruturante das políticas contemporâneas, ainda que sua efetivação dependa de condições materiais e administrativas adequadas.

Com efeito, os resultados observados indicam ainda que as transformações históricas contribuíram para ampliar o acesso à educação, fortalecer a inclusão e fomentar maior engajamento discente num enfoque para o trabalho com a alteridade e a diversidade (Albuquerque Junior, 2012). Surgiram metodologias com vistas a favorecer a autonomia, respeitando ritmos individuais e promovendo o desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais, alinhando-se às exigências da atual sociedade.

> A história implica o aprendizado da alteridade, o aprendizado da possibilidade da existência de outras formas de sermos humanos, o aprendizado da viabilidade de outras maneiras de se comportar, da existência, de outros valores, de outras ideias, de outros costumes que não aqueles dos homens e mulheres contemporâneos. A história permite o aprendizado da tolerância para com o diferente, o estranho, com o distinto, com o distante, com o estrangeiro (Albuquerque Junior, 2012, p. 32).

A evolução histórica da educação brasileira demonstra um percurso de progressiva ampliação do acesso e de reconfiguração das concepções pedagógicas. Ainda que marcada por desigualdades e desafios estruturais, essa trajetória contribuiu para a construção de um modelo educacional orientado à inclusão, à cidadania e à formação docente (Magalhães, 1998). Desse modo, embora persistam desafios estruturais e regionais, as mudanças paradigmáticas contribuíram para a constituição de um modelo educacional mais reflexivo e democrático.

Por fim, a compreensão desse processo histórico revela-se fundamental para o aprimoramento das políticas públicas e para a construção de estratégias pedagógicas que respondam às demandas de uma sociedade em constante transformação (Hilsdorf, 2003). Assim, reafirma-se a necessidade de investimentos contínuos em formação docente, inovação

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i2.95

tecnológica e equidade educacional, visando à consolidação de um sistema de ensino verdadeiramente democrático e socialmente comprometido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos autores trabalhados, o estudo buscou analisar as contribuições das transformações históricas da educação e da pedagogia no Brasil para a configuração das práticas contemporâneas de ensino, enfatizando a inclusão, as metodologias ativas, a incorporação das tecnologias digitais e a formação continuada docente. Entendendo a educação como um conceito genérico, mais amplo, "que supõe o desenvolvimento integral do ser humano, quer seja sua capacidade física, intelectual e moral, visando não só a formação de habilidades, mas também do caráter e personalidade social" (Aranha, 2006, p. 51).

A análise empreendida confirma que a educação e a pedagogia no Brasil atravessaram um processo contínuo de reconfiguração ao longo dos séculos, refletindo as dinâmicas sociais, políticas e econômicas que marcaram a formação nacional. Em consonância com Stephanou e Bastos (2005), urge salientar que embora o percurso tenha sido permeado por desigualdades e limitações estruturais, a evolução quanto às políticas sociais no âmbito da educação vêm contribuindo gradualmente para a construção de um sistema educacional mais democrático.

Nesta via, ficou patente que a valorização da formação docente representa um avanço na busca por qualidade e equidade. Contudo, a efetivação plena desse progresso exige compromisso permanente com políticas públicas consistentes e com práticas pedagógicas fundamentadas em reflexão crítica, sendo indispensável que o educador consciente e crítico "seja capaz de compreender sua atuação nos aspectos de continuidade e de ruptura em relação aos seus antecessores, a fim de agir de maneira intencional e não meramente intuitiva e ao acaso" (Aranha, 2007, p. 7).

Em face do exposto, compreender o passado educacional brasileiro revela-se, portanto, não apenas um exercício historiográfico, mas uma condição essencial para a construção de estratégias que promovam uma educação capaz de responder aos desafios contemporâneos e de contribuir para a edificação de uma sociedade mais justa e socialmente responsável, no sentido de se compreender se "o ato de formar é essencialmente um ato ético, de liberdade" (Buffa e Nosella, 2005, p. 26).

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Fazer defeitos nas memórias: para que servem a escrita e o ensino da história? In.: GONÇALVES, Márcia de Almeida; ROCHA, Helenice;

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i2.95

REZNIK, Luís; Ana Maria Monteiro (org.). **Qual o valor da História hoje?** Rio de Janeiro: FGV Editora, p. 21-39, 2012.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da Educação**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Moderna, 2006.

ARANHA, Maria Lúcia Arruda. **História da educação e da pedagogia:** geral e do Brasil. São Paulo: Moderna, 2007.

BUFFA, Ester; e NOSELLA, Paolo. As pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de investigação. **ECCOS**, São Paulo. v. 7, n. 2, p. 351-368, jul./dez. 2005.

CARVALHO, Laerte Ramos. **As reformas pombalinas da instrução pública**. São Paulo: Saraiva/ EDUSP, 1978.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FLACH, Simone de Fátima. Direito à educação e obrigatoriedade escolar no Brasil: entre a previsão legal e a realidade. **Revista HISTEDBR**, Campinas, n.43, p. 285-303, set. 2011.

FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do Século XIX**. São Paulo, HUCITEC; Salvador, EDUFBA, 1996.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GADOTTI, Moacir. **História da Ideias pedagógicas**. São Paulo, SP: Ática, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da educação brasileira:** leituras. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2003.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. História da Educação: Uma disciplina um campo de pesquisa. In: **História da Educação**. Rio de Janeiro. DP&A, 2001, p.25-49.

LUCCHI, Piero. La prima istruzione. Idee, metodi, libri. In: BRIZZI. Gian Paolo (a cura di). **Il catechismo e la grammatica**; 2 volumi. Bologna, Il Mulino, 1985, vol. 1, p.25-82.

MAGALHÃES, Justino. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: SOUSA, Cunthia Pereira de; CATANI, Denice Bárbara. (Org.). **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. São Paulo: Escrituras Editora, 1998.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação:** da Antiguidade aos nossos dias. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i2.95

MANIFESTO dos Pioneiros da Educação Nova. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 65, n. 150, maio/ago. 1984, pp. 407-425.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. **Metodologia Qualitativa de Pesquisa**. Em foco: Pesquisa sociológica e metodologia qualitativa. Educ. Pesqui. 30 (2), ago, 2004.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura Nascimento. NASCIMENTO. Manoel Nelito Matheus. O Lugar da História na Formação do Professor. Campinas: **Revista HISTEDBR**, 2010.

NEVES, Fátima Maria Neves. COSTA, Célio Juvenal. A importância da história da educação para a formação dos profissionais da educação. **Revista Teoria e Prática da Educação**, 2012.

NOVÓA, António. **História da Educação:** percursos de uma disciplina. Instituto Superior de Psicologia Aplicada, 1996. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.12/3198>. Acesso em: 19 fev. 2026.

NÓVOA, António. Apresentação. In: CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 30. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes Ltda, 2006.

SAVIANI, Dermeval. História da Educação e Política Educacional. In: **Histedbr on line**, v. julho/2001, n. 3, p. 1-3, 2001.

SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José C. **História e História da Educação:** o debate teórico-metodológico atual. Campinas, SP, Autores associados, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 6. ed. Campinas, Autores Associados, 2021.

STEPHANOU, Maria; e BASTOS, Maria Helena câmara. **Histórias e memórias da educação no Brasil**. 3 Volumes, Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

VILLALOBOS, João Eduardo. O problema dos valores na formação e no funcionamento do sistema educacional brasileiro. **Revista Brasileira de estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 76, p. 34-49, out-dez. 1959.

Submetido em: 30 de Março de 2026

Aprovado em: 07 de Abril de 2026

Publicado em: 10 de Abril de 2026

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional